

**Proposição:** Projeto de Lei Ordinária 94 de 2015.

**Autoria:** Vereador Jorge Menegatti.

**Relator:** Vereador Vanderlei do Conselho.

**Parecer:** CONTRÁRIO.

## I – RELATÓRIO

Ementa: Altera dispositivos da Lei Nº 3.261/2001, na forma que especifica.

## II – VOTO DO RELATOR

O presente projeto tem por objetivo a alteração do artigo 16, § 2º, da referida lei municipal, conforme lemos:

*Art. 16 Para a regularização do aviso de irregularidade dar-se-á o prazo de até às 18:00 do segundo dia útil seguinte ao da emissão do aviso:*

*[...]*


*§ 2º O aviso de irregularidades não regularizado no prazo estabelecido neste artigo, implicará na emissão do auto de infração/multa, conforme dispõe o Código de Transito Brasileiro.*

*Por:*

*Art. 16 Para a regularização do aviso/auto de infração, dar-se-á prazo de 10 dias úteis a partir lavratura deste.*

*[...]*

*§ 2º Não sendo regularizado o aviso/auto de infração no prazo estabelecido, será encaminhado ao endereço do infrator a notificação, possibilitando o pagamento através de boleto bancário com vencimento após 15 dias de sua expedição.*





# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

De início, cabe a análise a respeito do que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro, ao passo em que o mesmo estabelece em seu artigo 280, o seguinte:

*Art. 280. Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:*

*I - tipificação da infração;*

*II - local, data e hora do cometimento da infração;*

*III - caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação;*

*IV - o prontuário do condutor, sempre que possível;*

*V - identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração;*

*VI - assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.*

*[...]*

*§ 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.*

*Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível.*

Deste modo, tendo em vista o que está previsto no artigo 16, da mencionada lei municipal, o qual concede prazo para a regularização antes mesmo de que a notificação seja imposta (se torne multa), de modo que o tratamento é mais brando do que o previsto no CTB, vemos que não haveria sequer a necessidade de concessão de prazo por parte da

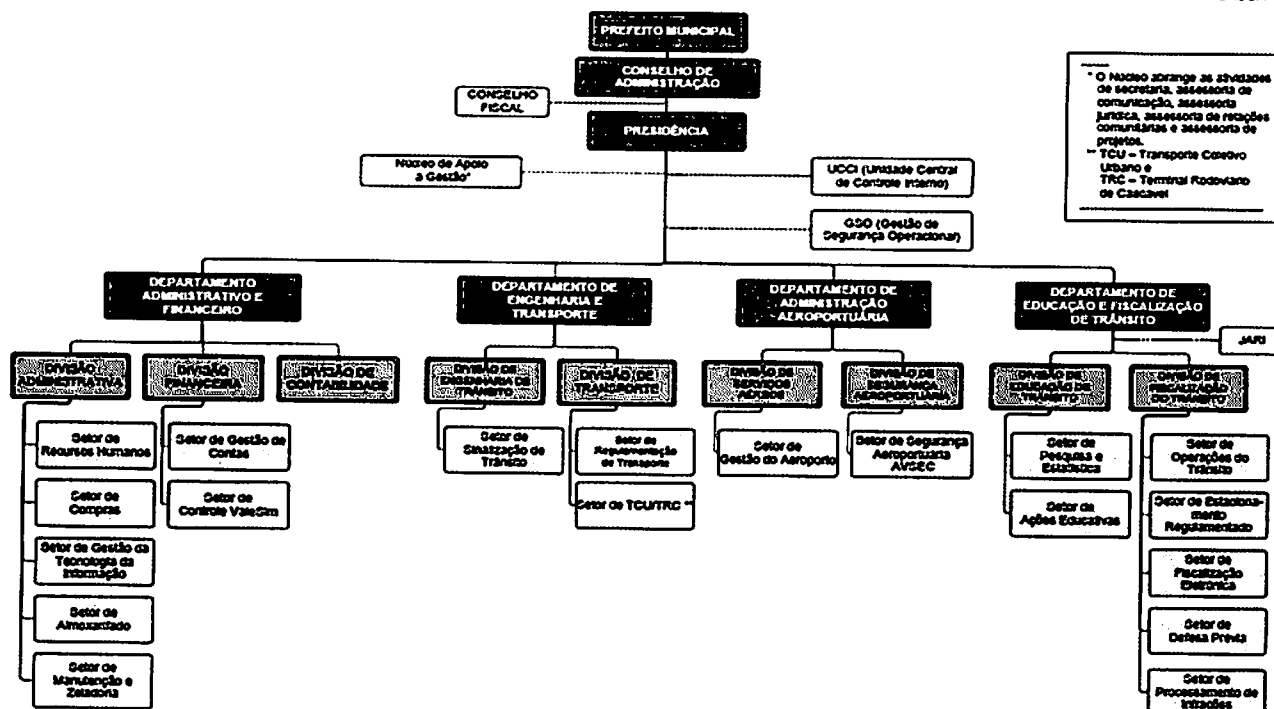


# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

autoridade de trânsito, mas que o faz com base na sua discricionariedade do Poder Executivo, ao qual está ligada a CETTRANS, conforme organograma abaixo:

**Cettrans**



Logo, considerando o Princípio Constitucional da Separação dos Poderes, tratado no artigo 2º, e de modo recorrente abordado por esta comissão, estende-se que não compete ao Poder Legislativo, tratar de assunto exclusivo da Administração, principalmente pelo fato de que a norma local já é mais branda do que a previsão do Código de Trânsito Brasileiro, opino pelo parecer CONTRÁRIO ao presente.

### III – VOTOS DA COMISSÃO – Pelas Conclusões do Relator.

Vereadores Aldonir Cabral e Jaime Vasatta.

Sala da Comissão de Justiça e Redação, 25 de agosto de 2015.

**Aldonir Cabral / PBT**  
Secretário

**Vanderlei do Conselho / PSC**  
Presidente

**Jaime Vasatta / PTN**  
Membro